

ECONOMIA

Mais de 103 mil idosos e deficientes podem ter benefício cortado no Rio

Atualização de dados é feita conforme o mês de aniversário. Primeira data limite vai até 30 de junho

MARTHA IMENES
martha.imenes@odia.com.br

Mais de 103 mil pessoas de baixa renda e deficientes no Estado do Rio de Janeiro correm o risco de ficar sem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a partir do mês que vem. De acordo com o Ministério da Cidadania, 103.448 segurados ainda não fizeram a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal. O registro é obrigatório, e quem não regularizar a situação dentro do prazo, que varia de acordo com a data de nascimento do beneficiário, terá o pagamento suspenso. Em abril, a pasta publicou uma portaria no Diário Oficial da União (DOU) com os novos prazos para acerto de dados. A primeira data limite vai terminar no dia 30 de junho.

Até o momento, segundo o ministério, mais 3,5 milhões de pessoas já se inscreveram no Cadastro Único, número que representa 76% do total de beneficiários. E 1,1 milhão ainda não fez recadastramento em todo o país.

Estão nessa leva os aniversariantes em janeiro. As cartas para esse grupo serão enviadas ao longo deste mês. O beneficiário que não fizer o cadastro até a data limite terá o pagamento suspenso já em julho. O BPC tem o valor de um salário mínimo, hoje em R\$ 998, e é pago mensalmente a idosos acima de 65 anos de idade



AGÊNCIA BRASIL

e pessoas com deficiência com renda familiar de até um quarto do piso nacional (atualmente R\$ 249,50).

No segundo lote estão os nascidos em fevereiro, que devem fazer a inscrição até 30 de julho. Caso não atualizem os dados, o pagamento será suspenso a partir de agosto. E assim sucessivamente.

De acordo com o secretário especial do Desenvolvimento Social, Lelo Coimbra, a intenção da medida não é cortar os pagamentos, mas garantir que a concessão de benefícios funcione da melhor maneira possível.

“A necessidade do cadas-

VALORES

R\$ 998

Valor do Benefício de Prestação Continuada, que é pago a idosos com mais de 65 anos e deficientes, ambos de baixa renda.

R\$ 249,50

Para ter direito a receber o BPC, a pessoa tem que ter mais de 65 anos e renda familiar correspondente a um quarto do salário mínimo.

tro é apenas uma garantia, uma segurança para quem recebe e para o governo, que paga. Assim, podemos garantir o repasse para todos que precisam”, afirmou.

INFORMAÇÕES ATUALIZADAS
O beneficiário precisa estar com as informações atualiza-

das na base de dados do INSS para não perder o BPC. Isso porque, de acordo com o ministério, o instituto vai enviar uma notificação por carta pelos Correios informando da necessidade de cadastramento no CadÚnico.

Os beneficiários que receberem a correspondência e não



A necessidade do cadastro é apenas uma garantia, uma segurança para quem recebe e para o governo, que paga

LELO COIMBRA,
secretário especial do
Desenvolvimento Social

realizarem o cadastramento terão o benefício suspenso. Inclusive quem não recebeu o comunicado, também terá o valor bloqueado, seguindo o calendário da União.

Somente após ter atualizado os dados, o beneficiário poderá fazer contato com o INSS e o pagamento será desbloqueado. Se passarem 30 dias sem manifestação do beneficiário, o BPC será suspenso pelo ministério.

QUEM TEM DIREITO

Para se cadastrar, quem recebe deve procurar um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou a prefeitura do seu município. É necessário ter em mãos o CPF e comprovante de residência. A inscrição também pode ser feita pelo responsável familiar, contanto que leve os documentos de todas as pessoas que moram com o beneficiário.

Acesso ao Meu INSS é modificado

► A forma de se cadastrar e fazer a senha para acessar o Meu INSS mudou. O login agora deve ser feito no site acesso.gov.br. Ao fazer o registro, o segurado tem que informar nome, CPF, e-mail e telefone.

Algumas informações serão confirmadas ao fazer o cadastro, como nome da mãe, dia e mês de nascimento. Também serão feitas perguntas sobre a relação do segurado com o INSS, como qual a última empresa em que trabalhou e quando foi a última vez que recebeu um benefício previdenciário.

Se tiver sido informado o e-mail ou telefone, a validação é feita diretamente pelo código enviado por uma mensagem para o celular (SMS) ou pelo link enviado no e-mail. Depois, basta criar a senha.

A senha também pode ser obtida nos seguintes bancos: Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa, Itaú, Mercantil do Brasil, Santander, Sicoob, Sicredi. E diretamente nas agências do INSS.

Procuradoria-Geral vai investigar vazamento de dados do INSS

Pedido de inquérito civil sugere revisão de regras do consignado

MARTHA IMENES
martha.imenes@odia.com.br

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) pediu e a Procuradoria-Geral da República vai abrir uma investigação sobre vazamentos de informações de aposentados e pensionistas do INSS para instituições financeiras que oferecem empréstimos consignados, aqueles com desconto em folha. No mesmo período que o Idec notificou a PGR outros órgãos também receberam o pedido: INSS, BC, ministérios da Economia e Justiça, Câmara e Senado. Na carta, o instituto cobrou soluções contra prática abusiva na oferta de consignados e vazamento de dados.

O pedido de inquérito civil público também sugere a revisão das regras de crédito consignado e regulamentação sobre a segurança e compartilhamento de dados dos beneficiários.

De um lado o INSS reconhece o problema, mas diz desconhecer como dados sigilosos vão parar nas mãos de terceiros — e em muitos ca-



INSS/DIVULGAÇÃO

Renato Rodrigues Vieira, do INSS: “inegável fuga de informações”

aos órgãos, de fraudadores. De outro, os aposentados que se sentem acuados com oferta de empréstimos com desconto em folha e toda sorte de “crédito fácil”. Inclusive, em abril, o presidente do INSS, Renato Rodrigues Vieira, chegou a afirmar que “há inegável fuga de informações e o aproveitamento indevido de dados de segurados por empresas do ramo de crédito”.

PENTE-FINO

Na ocasião, Vieira revelou que o INSS havia iniciado um pente-fino nas concessões de empréstimos a recém-aposentados para combater o vazamento de informações de segurados aos bancos e outras instituições financeiras.

No documento enviado

aos órgãos, a ONG de defesa do consumidor alerta para a falta de segurança dos dados que são compartilhados sem consentimento prévio e, assim, se tornam vulneráveis a fraudes; e com a agressividade na oferta de crédito, que colabora para o superendividamento de mais de 60 milhões de brasileiros.

“É muito importante alertar para a gravidade da situação, já que não existe clareza sobre como os dados são compartilhados antes mesmo de os beneficiários estarem cientes sobre a aprovação do benefício. Passam a receber insistentes ligações de instituições financeiras e correspondentes bancários”, explica Ione Amorim, economista do Idec.

IDEC

Consumidor vulnerável

■ “A forma como as informações pessoais são tratadas fazem com que o consumidor fique hipervulnerável e sujeito a uma série de abusividades. Proteções jurídicas quanto a isso já existem, mas faltam ser colocadas em prática e de maneira ética pelos quadros da Administração Pública”, acrescenta a pesquisadora em direitos digitais do Idec, Bárbara Simão.

Na página do Idec, o consumidor pode verificar o especial Golpe da Aposentadoria (<https://idec.org.br/golpe-aposentadoria>). O documento contém orientação sobre assédio de oferta de crédito consignado. Na página os consumidores têm acesso ao passo a passo de quais cuidados tomar e ao canal direto para denúncia.

Quem foi vítima também pode enviar seus relatos para colaborar com futuras ações do instituto. “Esse tipo de serviço é muito importante para que toda a população fique ciente dos riscos”, finaliza.

Restituição do IR terá consulta liberada

Contribuinte pode ver se tem dinheiro a receber a partir da próxima segunda-feira

A Receita Federal anunciou ontem que vai liberar a partir da próxima segunda-feira, a partir das 9h, a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2019. Esta leva contempla ainda restituições residuais dos exercícios de 2008 a 2018.

Segundo a Receita Federal, 2,573 milhões de contribuintes terão direito à restituição que será creditada no dia 17 de junho, totalizando o valor de R\$ 5,1 bilhões. Nesse primeiro lote estão incluídos os contribuintes idosos e com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave.

O valor da restituição estará corrigido, neste primeiro lote, em 1,54% relativo à Selic, que é a taxa básica de juros da economia, de maio a junho de 2019.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deverá acessar a página da Receita na internet (www.receita.economia.gov.br) ou ligar para o Receitafone 146.

DISPONÍVEL POR UM ANO

O Fisco lembra ainda que a restituição ficará disponível no banco por um ano. Se o contribuinte não fizer o resgate nesse prazo, deverá requerer por meio da internet, mediante o formulário eletrônico de pedido de pagamento de restituição.

DIA A DIA

MENOS R\$ 718 MILHÕES NA POUPANÇA

Após os saques líquidos de R\$ 2,877 bilhões em abril, os brasileiros voltaram a retirar dinheiro da poupança em maio. Dados do Banco Central mostraram que, no mês passado, R\$ 718,718 milhões saíram na caderneta poupança. Em maio de 2018, foram registrados

depósitos de R\$ 2,405 bilhões. No mês passado, foram R\$ 204,305 bilhões em saques, contra R\$ 203,586 bilhões em depósitos. Considerando os rendimentos de R\$ 2,987 bilhões na poupança em maio, o saldo global da caderneta chegou aos R\$ 795,160 bilhões.